

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

A actividade piscatória é um sector importante da economia dos Açores, em que a faina marítima é um trabalho arriscado, exigente e pouco compensador para quem vive exclusivamente da pesca, para já não falar na dureza da própria lida nas águas do mar.

Felizmente, muitas das medidas previstas no Plano, em análise, vêm ao encontro das necessidades do sector. No entanto, importa não descurar outras acções importantes para assegurar a sustentabilidade das pescas e para a segurança dos próprios pescadores.

1. Em primeiro lugar, é preciso valorizar os clusters do mar, considerados por diversos países como um sector estruturante para o desenvolvimento económico e social, atendendo à condição de região marítima que somos.

Como se sabe, os Açores, com cerca de 600 km de Oceano e uma considerável área de Zona Económica Exclusiva, com quase um milhão de quilómetros quadrados, precisa implementar uma política de gestão sustentável do mar.

É que o mar não é apenas importante relativamente às pescas. Na verdade, o mar tem um potencial que em muito ultrapassa as pescas. São diversas as actividades ligadas ao mar, como o comércio e o transporte marítimo, a fiscalização e o policiamento marítimo, a aquicultura, as conservas, a construção naval e ainda o turismo e a formação profissional dos pescadores.

Por isso, os Açores devem reforçar o seu papel, tanto na área da pesca e transformação de pescado, como na promoção das actividades marítimo-turísticas, e também na área da investigação científica, com o apoio indissociável do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores.

Por isso, consideramos que o Governo Regional deve reforçar a aposta nestas áreas, que são decisivas para assegurar o futuro do sector e assim contribuir para o fortalecimento deste vector produtivo e até garantir a sustentabilidade dos nossos recursos.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

2. A Região deve assumir em estreita articulação com o Governo da República, o estabelecimento de programas de inspecção, monitorização e vigilância do espaço da ZEE dos Açores.

De que serve a Inspeção Regional das Pescas cooperar activamente com as entidades nacionais, fornecendo informações das embarcações que entram na nossa ZEE, com os equipamentos operativos, como o SIFICAP e MONICAP, ou mesmo através do novo Centro Nacional de Vigilância Marítima do Atlântico de Santa Maria, que disponibiliza dados recolhidos pelas imagens do satélite, se não for reforçada a fiscalização no mar, com meios navais e aéreos adequados para garantir o cumprimento das normas em vigor?

O mar é para nós açorianos um desígnio regional, com uma importância estratégica fundamental para

a economia da Região. Por isso, temos que acautelar a sobre exploração dos nossos recursos por frotas estrangeiras e o conseqüente desaparecimento dos nossos stocks piscícolas.

3. Um outro ponto que gostaria de abordar, diz respeito à formação profissional na área das pescas, designadamente a necessidade de se ministrarem cursos de 2º e 3º nível. A estratégia deste Plano é bem elucidativa quanto a este sector. Por isso, torna-se importante incitar o Governo Regional a investir na formação dos pescadores a este nível dando-lhes a oportunidade para adquirirem as competências adequadas ao desempenho optimizado das suas funções a bordo.

4. Outra situação difícil para os pescadores diz respeito à perda de rendimentos. Em particular, os homens do mar de S. Miguel têm um nível de rendimentos muito abaixo, comparativamente aos

da Terceira e muitíssimo abaixo aos das outras ilhas.

Importa tomar medidas específicas de apoio, para fazer face à perda de rendimento dos pescadores, numa altura em que a crise financeira assola de forma aguda o sector. Veja-se a este propósito o parecer da Federação das Pescas sobre esta questão.

Entretanto, quero congratular-me com a aprovação pelo Governo Regional de novas regras para o Fundopescas, contrariando, felizmente, o que aconteceu nesta Assembleia, em que a maioria chumbou a proposta.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

5. Relativamente aos investimentos na ilha de S. Miguel, é urgente a ampliação do porto de pescas de Rabo de Peixe, não apenas com o propósito de melhorar as condições de trabalho dos pescadores daquela Vila, como em termos de segurança. Esta obra é importante e prioritária, pelo que importa conhecer, o que será executado no próximo ano, com apenas 300 mil euros da dotação para 2010.

Por outro lado, convém saber para quando está prevista a construção do Entrepasto Frigorífico de Ponta Delgada - uma obra há muito prometida e que não está incluída neste Plano.

6. Este ano, volta a inscrever-se no Plano, 2 milhões de euros para a Aquicultura, uma área com um impacto muito importante na sustentabilidade do sector, e que importa saber o que tem sido feito nesta área, já que para 2009 foram igualmente previstos outros 2 000 000€?

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Apesar daquilo que se investe no sector das pescas, se compararmos a dotação para o Programa 8 - Mundo Rural com 34 milhões de euros, para já não falar no sector agrícola, com 124 milhões, dos quais 58 são de outros fundos, temos de convir que há necessidade de um reforço no investimento nas pescas, que têm apenas 27 milhões de euros, dos quais 7 são de outros fundos.

As pescas constituem um vector de progresso e desenvolvimento dos Açores e necessita de uma atenção que permita salvaguardar as necessidades específicas deste sector, onde uma parte significativa da nossa população está delas dependente.



Só assim contribuiremos para o reconhecimento e dignificação desta actividade e dos pescadores açorianos.

Disse.